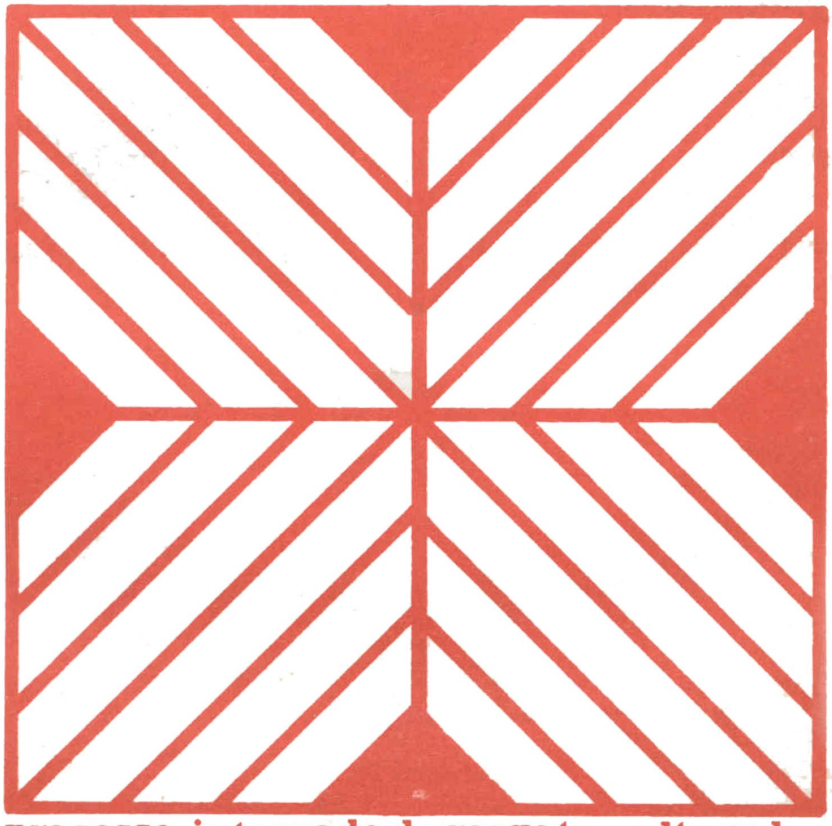
museu·oficina kuikare



processo integrado de resgate cultural
BAKAIRI

fundação nacional pró·memória/sphan·minc

MINISTÉRIO DA CULTURA

José Aparecido de Oliveira

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

Ítalo Campofiorito

8ª D. R/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA

Vera Antônia Bosi de Almeida

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL

Ruth Maria Fonini Monserrat



APRESENTAÇÃO

Esta publicação procura relatar uma experiência de interação entre órgãos governamentais e a comunidade Bakairi, em trabalho conjunto, empenhados no resgate e fomento de sua cultura própria, já tão alterada pelo processo de contato com a sociedade nacional.

O reconhecimento e o apoio têm caracterizado a participação das entidades externas à comunidade Bakairi, que tem se dedicado a manter seus valores culturais e reatar os processos informais de transmissão de seu próprio conhecimento, como um projeto educativo.

Materializado através do Museu-Oficina Kuikare, objeto e instrumento cultural contemporâneo, o trabalho de resgate em que se acham envolvidos os Bakairi, vem ao encontro de um profundo sentimento de necessidade de preservação e memória, inerentes ao grupo.

O nosso primeiro contato com a comunidade Bakairi aqui se encontra relatado.

A história de contato dos Bakairi é contada pela antropóloga Edir Fina de Barros que contextualiza a iniciativa da criação de um museu indígena entre os Bakairi.

O projeto do Museu aqui também se encontra, em suas linhas gerais, assim, como a construção da casa do museu e seus primeiros trabalhos realizados.

Finalmente, algumas considerações sobre essa rica relação dialética, que tem concorrido, sobretudo para reciclar e aperfeiçoar nossos conceitos e instrumentos de trabalho, frente à ação tão atípica que se insere em um universo tão compartimentado como o nosso.

Escritório Técnico do Mato Grosso.

INTRODUÇÃO



Em 1988 visitamos a aldeia indígena Pakueram.

Procurávamos então entender à solicitação que os Bakaíri fizeram ao Escritório Técnico do Mato Grosso de ajuda-los a encontrar meios para viabilizar a recuperação de um galpão antig construído na aldeia.

Para lá nos deslocamos com o objetivo de realizar o levantamento arquitetônico do edificado, primeiro passo no sentido da recuperação do imóvel.

Foi assim, que na aldeia Pakueram reconhecemos todo um interesse e necessidade do grupo Bakaíri em resgatar sua história, seus valores e sua cultura – todo um movimento em busca de suas raízes, um movimento de re-descoberta e revalorização de elementos já quase esquecidos daquele mundo indígena.

Nos contaram que as crianças reivindicam dos mais velhos aqueles ensinamentos necessários para a continuidade de sua produção material.

Falaram de seu desejo de recuperar muitas coisas de seu mundo, que ora se encontraram em desuso; colocaram a importância de seus costumes para sua identidade indígena.

Planejara ir ao Museu do Índio e ao Museu Nacional do Rio de Janeiro em busca de referencia bibliográfica e iconográficas da sua historia, e assim o fizeram.

Planejaram resgatar técnicas e objetos de sua cultura, e isso também estão realizando.

Dentro desse movimento de re-valorização cultural, os Bakairí Pakueram expressa os seus anseios, que junto ao seu Escritório Técnico do Mato Grosso vieram a se definir e se materializar através de um espaço cultural reconhecido, o museu.

O Museu-Oficina Kuikare vem a ser ao mesmo tempo resultado e instrumento de um processo que re-valoriza a memória e a educação informal, e traz ao presente os saberes e os fazeres Bakairí.

OS BAKAIRÍ

Edir Pina de Barros*

Os Bakairí, cuja língua pertence à família Karíb, somam cerca de seiscentos indivíduos, 35% a mais que há doze anos atrás. Destes, 572 vivem em duas Áreas Indígenas, denominadas Santana (35.470, 7443 Ha) e Bakairí (61.405, 4605 Ha), situadas nos municípios de Nobres e Paranatinga, respectivamente. A primeira delas abriga 155 pessoas, distribuídas em quatro grupos locais e a segunda, 417, em sete grupos locais. Os demais vivem em cidades, fundamentalmente Cuiabá, e em estabelecimentos agro-pecuários.

O etnônimo Bakairí foi registrado pela primeira vez em 1723 por Antonio Pires de Campos, preador de indígenas para a escravização. É de origem desconhecia e não faz parte do léxico da língua que falam. Sua autodenominação é KURA.

* Antropóloga da Universidade Federal do Mato Grosso, doutorada na USP, com tese sobre organização social e cosmologia Bakairí.

Sua história é marcada por contínuos deslocamentos no sentido norte/sul, a partir do Salto Sawâpa, o berço mítico de origem, situado pouco abaixo da confluência do Rio Verde com o Paranatinga ou Teles Pires, por eles denominado Pakueram. Segundo a história oral, viviam nessa região, em diversos estabelecimentos, ligados por uma



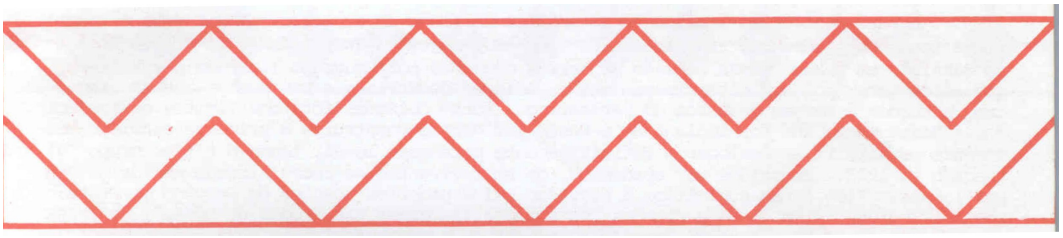
extensa rede de prestações sociais. Mas, devido a rixas internas e pressões de povos indígenas inimigos, fundamentalmente os Kayabí, migraram em diferentes direções. Subindo o Paranatinga, uma parcela deles alcançou as cabeceiras do Arinos (Rios Novo e Santana) e outra fixou-se na região onde hoje se localiza a Área Indígena Bakairí.

A maior parte, porém, foi para o Tamitatoala-Batoví e Kulisehu, afluentes do Xingu. Estes, por um longo período de tempo, perderam o contato com os demais. Sabe-se que por volta da década de cinqüenta do século XVIII, os Bakairí já se encontravam na região onde se situam hoje as duas áreas indígenas, executando-se os alto-xinguanos.

Os descendentes daqueles que passaram a viver na região de Santana, reivindicam para si a condição de "Verdadeiros Bakairí", por terem sido os primeiros a receber esse nome. Daí poder-se inferir que foram também os primeiros a serem alcançados pelos predadores de indígenas. Sua presença é registrada, em 1738, nas minas de Mato Grosso, no Vale Guaporé, na condição de escravos e; posteriormente, na região de Diamantino (1805-1850). A expansão da pecuária e da agricultura, atividades subsidiárias à exploração mineral, alçou aqueles que passaram a viver às margens do Paranatinga. A partir de 1847 eles iam, juntamente com os de Santana à Cuiabá, na Diretoria Geral de Índios da Província, em busca de ferramentas, tecidos, armas de fogo, etc. Eram considerados "mansos", porém "independentes", pelo Diretor Geral, em 1848, ainda que mantendo relações com os colonizadores. Posteriormente eles engajaram-se na atividade extrativista da borracha, fundamentalmente os de Santana que, em 1887, iam comercializá-la em Cuiabá. Os de Paranatinga foram explorados também na lavoura e criação de gado nos estabelecimentos que, de forma lenta, porém definitiva, foram sendo implantados na região que ocupavam.

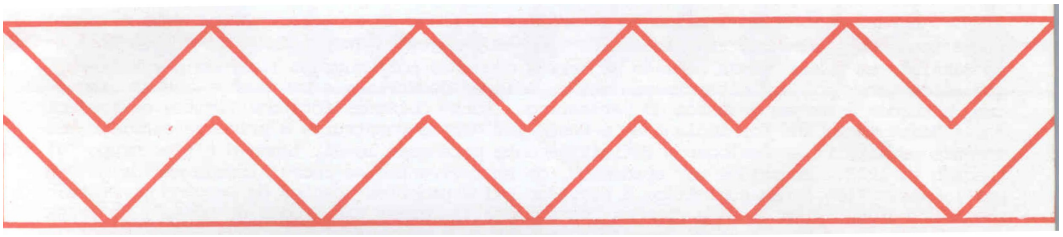
A presença de seringalistas, que instalaram entrepostos inclusive na área indígena Santana - criada em 1905 pelo Governo Estadual com o objetivo de ordenar a ocupação e exploração de seringais nativos -e em área contígua a ela, por outro lado, e a passagem do cientista e explorador alemão Karl Von Den Steinen, por outro, alteraram profundamente os rumos de suas vidas.

Os Bakairí de Santana que, em 1884, somavam 55 indivíduos, passaram a trabalhar compulsoriamente na extração da borracha, inclusive dentro de suas próprias terras, sofrendo todos os tipos de violência e aviltamento típicos dessa atividade econômica. Foram, até mesmo, proibidos de falar a sua própria língua. Tal situação permaneceu até a década de 70 deste século, quando eles conseguiram expulsar os invasores e quando os seringalistas que se instalaram em área contígua venderam a propriedade para paulistas que nela passaram a desenvolver a pecuária intensiva. A criação do Posto Indígena, em 1965, em nada alterou esse quadro, pois seus funcionários se aliaram aos seringalistas e seus capatazes. O Summer Institute of Linguistcs, a partir de 1968, se fez presente, de forma intermitente. Da mesma forma, os missionários da Missão Anchieta, a partir da década de 70.



Os resultados dessa história de contato, cuja tônica foi a violência, foram: maior número de casamentos com não-indígenas, desequilibro populacional em termos de idade e sexo, de população, abstenção de falar a língua diante dos Karaíwa, ausência de xamãs e, conseqüentemente, de inúmeros ritos. Destes, realizam apenas o "Batizado do Milho". Prestavam, contudo, várias características recorrentes aos demais à nível da organização social. Todos falam o português, mas, na vida cotidiana, falam sua própria língua.

Quanto aos que se estabeleceram no Paranatinga, reduzidos por fortes epidemias somavam, em 1884, 22 pessoas. Eles foram os guias, os remeiros, os construtores das canoas casca de jatobá nas expedições de Steinen (1884/1887) - assim como das outras que as sucederam – restabelecendo-se, através delas, as relações entre estes e os Bakairí alto-xinguanos, denominados por Steinen Orientais, por oposição aos "mansos" ou Ocidentais. Como os demais povos alto-xinguanos até então igualmente desconhecidos, usavam o machado de pedra e não mantinham contato com os neo-brasileiros. Viviam em vários grupos locais e somavam cerca de 326 indivíduos, aproximadamente 80% da população por esse expedicionário levantada. Uns e outros passaram a se visitar.



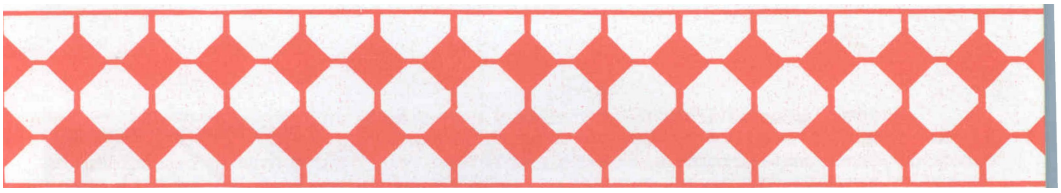
A partir de então é colocado em prática um plano de ação para atrair para o Paranatinga todos os povos alto xinguanos. Foi com esse objetivo que se demarcou a Área Indígena Bakairi, em 1920. Nessa ocasião as terras ocupadas por um grupo liderado por Kuikare, que se destacou por sua participação nas expedições de Steinen e nas outras que as seguiram, situadas à margem esquerda do Paranatinga, foram deixadas fora dos limites estabelecidos. Nesse mesmo ano foi implantado o Posto Indígena e construída a primeira escola. Mas somente os Bakairí se deslocaram definitivamente para esse local, tendo último grupo ai chegado em 1923. Reduzidos por epidemias, os sobreviventes se reorganizaram em vários grupos locais. Eles foram submetidos à servidão pelos próprios agentes do Serviço de Proteção aos Índios. Além de seus roçados, passaram a trabalhar nas "roças do posto", na transformação dos produtos (farinha, rapadura, açúcar de barro, etc.) para sustento do mesmo e dos "xinguanos" que ai vinham à busca de "brindes". Como tropeiros, perfaziam o caminho Posto-Cuiabá-Posto, transportando "brindes" e mercadorias. Do posto também partiam tropas para pontos estratégicos da região, destinados à "atração" de outros povos indígenas. É o caso dos Postos Indígenas Pedro Dantas, José Bezerra, Culisevu, Pirineus de Souza e Major Libânio Coloizerecê. Movimento de tropas este que decaiu somente com o próprio declínio do SPI.

Além dos funcionários, fizeram-se presentes missionários da South American Indian Mission, á partir da década de 20, buscando convertê-los ao protestantismo. Eles somente se retiraram na década de 60, por pressão dos próprios Bakairi.

Por ordem dos agentes do SPI, em 1942, os diversos grupos locais foram aglutinados em um só "aldeamento" ao lado da nova sede do Posto, localizada próxima da confluência do ribeirão Azul com o Paranatinga, onde ainda hoje se situa. Nessa época Kuikare já havia morrido e seu grupo também foi forçado a se mudar para dentro da área, onde juntou-se aos outros. Em 1960 o Governo Estadual promoveu uma nova demarcação, subtraindo-lhes a área conhecida por Paxola, ocupada até 1942 por um grupo. Nela existiu, até 1958, um retiro de gado do SPI, onde eram tratadas 1.000 cabeças das 5.000 que ai chegou a existir.

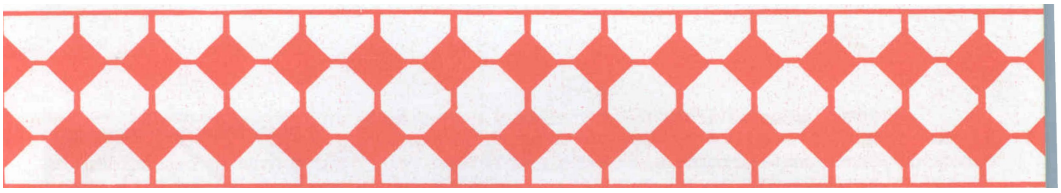
O regime de trabalho compulsório só sucumbiu com a decadência do SPI. Á esse período os Bakairi se referem por "tempo da escravidão", marcado pelo rígido controle de suas vidas, pelo exílio compulsório, pelos castigos aplicados aos "infratores" da ordem estabelecida e pelo assassinato de alguns dos seus.

Participaram também da “atração" dos Xavante no rio Batovi. Uma parcela da população recém-contatada terminou por instalar-se na área destinada aos Bakairi, onde chegou a ser implantado o Posto Indígena Paraíso exclusivamente para atendê-las. Na década de 70 esses Xavantes, numericamente igual aos Bakairi, retiraram-se da área.



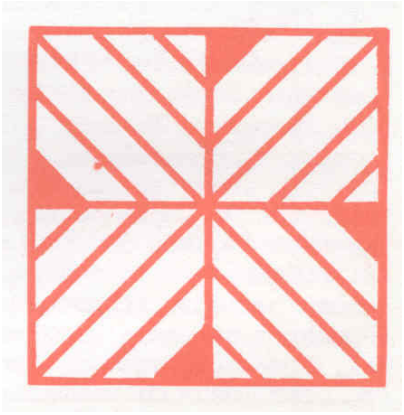
Na década de 60 e 70, a atuação de missionários do Summer Institute of Linguistics foi significativa e jesuítas também se faziam presentes na área, de tempos em tempos. Os primeiros buscavam converte-los ao protestantismo e os segundos ao catolicismo.Viviam eles de seus roçados, da caça e da pesca, e da venda de sua força de trabalho nos estabelecimentos rurais da região, tal como os de Santana. Eram tidos como "mansos", peões de fácil trato.

Em 1978, perplexos, os Bakairi tomaram conhecimento do "Projeto de Emancipação". Por entenderem que seriam "alvos" prediletos de tal política etnocida, por serem considerados "peões" e "mansos", decidiram não mais vender a sua força de trabalho nos estabelecimentos agro-pecuários. Na Área Indígena Bakairi retomaram um ritual denominado Iakiugâde, com suas famosas máscaras entalhadas em madeira e convidaram autoridades da FUNAI, jornalistas da imprensa falada e escrita, para assistirem a sua apresentação.Os jornalistas se encarregaram de divulgá-lo, à nível regional. Buscavam, dessa forma, afirmar a sua indianidade. Mas não só, pois o realizaram durante quatro anos consecutivos. No decorrer desse período, fizeram apresentações nos espaços públicos de Cuiabá, na Semana do Índio. Passaram também a reivindicar soluções para as suas terras invadidas. E, na Área Bakairi, a reintegração de Paxola que lhes fora subtraída em 1960. A partir de então passaram a lutar, de modo veemente, pelo estabelecimento de re1açoes mais justas e dignas.



Em 1980, ambas as áreas foram incluídas na região de influência da BR-364. Com isso, passaram a ser alvos de Projetos de Desenvolvimento Comunitários, financiados com recursos do Banco Mundial, porem elaborados e aplicados pela FUNAI. Através deles foram introduzidos tratores, caminhões, sementes, implementos agrícolas. A falta de orientação técnica, somada à pobreza dos solos e à infestações de gafanhotos, resultaram no insucesso quase que total das lavouras mecanizadas.

Na Área Indígena Bakairí, a implantação desses projetos sem levar em consideração a sua organização social, terminou por fazer prevalecer a tendência latente e estrutural para a fissão. Em 1982, culminando um processo de acirramento de conflitos, um grupo se retirou e fundou um novo estabelecimento dentro da área. Por não aceitar ingerências da chefia do posto, ele foi alijado de seu direito de acesso aos recursos do POLONORDESTE. Recorreram então à OXFAM, que financiou dois pequenos projetos por eles menos elaborados e negociados.



No início de 1985, os Bakairí dessa área conseguiram afastar o chefe de posto, assumindo um deles essa função. Ano marcado pela luta pela terra - reconquistaram Paxola, considerada como área indígena por Decreto Presidencial, assim como as demais terras delimitadas pela demarcação de 60 - e pela segmentação do "aldeamento" em vários grupos locais, hoje existentes. Cada qual possui o seu próprio líder e conta com projetos específicos que, embora de menor porte, atendem mais de perto as suas reivindicações e necessidades. Paralelamente à dispersão, as atividades rituais se intensificaram. Retomaram o Kapa e o Sadyry ("furação de orelha" dos jovens adolescentes do sexo masculino), os quais são presididos pelos xamãs. Na vida cotidiana a língua falada é a nativa, e através dela é que as suas crianças são socializadas.



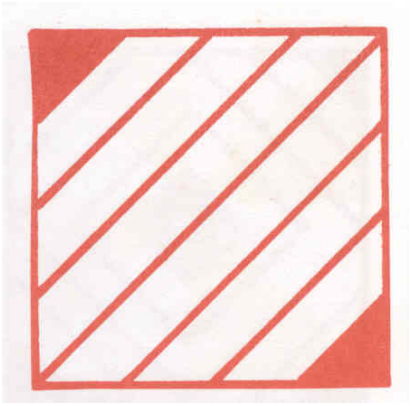
Buscam hoje apropriar-se de sua história, preservar a memória social, ensinar aos mais jovens seus mitos de origem, recuperar lembranças.Repassar para eles suas técnicas elaboradas de confecção de trançados, de mascaras rituais, de pinturas corporais, sua ciência, enfim.

No bojo desse processo é que se pode entender porque lutam tanto pela consolidação do "Museu-oficina Kuikare", nome "oficina" de um espaço-símbolo da resistência Bakairí, de sua "escola nativa". Espaço este que traduz o desejo de continuar existindo enquanto um povo, entre outros povos, com sua humana diferença.

Cuiabá, 10 de dezembro de 1989.



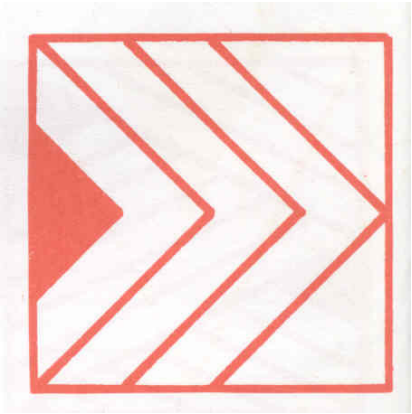
SOBRE PROJETO DO MUSEU



A proposta do museu se baseou na implantação de um espaço de ação cultural indígena, construído pelos Bakairí, à sua maneira e para usufruto deles próprios.

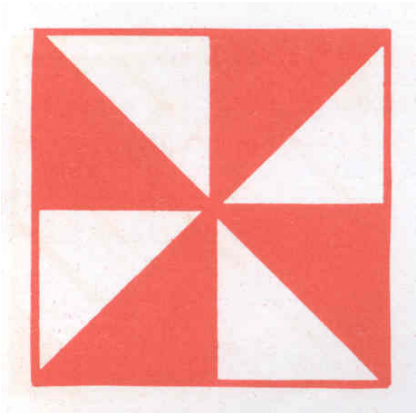
A iniciativa se justifica pela necessidade de se atender às solicitações de um grupo indígena, valorizando a expressão de um povo culturalmente significativo no Mato Grosso. Também para fazer frente ao crescente apelo da sociedade de consumo, que força a acelerada aculturação das novas gerações, em detrimento dos genuínos valores do grupo indígena. O museu ainda oferece uma alternativa para a falta de apoio da sociedade nacional no que se refere especificamente as questões culturais.

Desta forma, o Museu-Oficina Kuikare tem como objetivos: criar uma estrutura informal de preservação e manutenção da cultura Bakairí, apoiar a transmissão de conhecimentos através das gerações para reforçar seus valores na sua interação com a sociedade nacional, criar um pólo de atração para o estudo da questão indígena visando usufruir de seu potencial para o equacionamento de problemas contemporâneos, e finalmente reunir o acervo do grupo, disperso e em risco de descaracterização, visando o resgate de sua tecnologia.



Sua cultura material reúne peças cerâmicas, tecelagem, cestaria, artefatos em madeira, adornos e arma, material iconográfico e peças industriais.

O projeto ainda previu, não uma Reserva Técnica, pois grande parte do acervo é renovável, nas uma Caixa Técnica, facilmente transportável, para preservar apenas seu material fotográfico, iconográfico e sonoro.



PROGRAMA DE ATIVIDADES

Como programa de atividades, o museu prevê diversas ações de registro, preservação e difusão cultural como:

- O resgate e utilização de todas as técnicas de produção material, quer seja a cerâmica, a tecelagem, a cestaria, confecção de adornos, etc.
- Manutenção de um amplo acervo, que possa ser utilizado. (Por ser renovável, não tem problemas de conservação).
- Ampliação de contatos para comercialização do material excedente para auxilio de sua manutenção.
- Promoção e divulgação da cultura Bakairí fora da comunidade de origem, através de eventos a serem realizados junto à segmentos da sociedade nacional.
- Registro de todas as, manifestações culturais: as festas, as técnicas, a medicina, a música, a dança, etc. – utilização de vários meios para o registro - gravações de áudio e vídeo, fotografia, etc.
- Registro de todas as atividades ligadas ao Museu e à vida atual Bakairí: as famílias, os eventos sociais, as atividades econômicas, etc.
- Recuperação de material Bibliográfico e Iconográfico de interesse para o grupo.
- Recuperação efetiva do galpão para abrigar o acervo material que registra a história de contato dos Bakairí.



A CONSTRUÇÃO DA CASA DO MUSEU

Foi preciso muita conversa, troca de idéias e memórias para se concretizar a construção da sede do Museu-Oficina Kuikare. Ninguém mais sabia como construir uma casa tradicional Bakairí. Há muito tempo não se via mais na aldeia nenhuma casa assim...

O espaço escolhido para se erguer a construção se insere numa grande praça na aldeia, lugar possível de se reunir bastante gente, lugar possível de se realizar as festas e lutas. Lugar social, comunitário. Ali, na vizinhança da CASA DOS HOMENS, os Bakairí ergueram a CASA do seu MUSEU.

Lá de dentro de suas lembranças mais remotas "seu" Felix Taele trouxe a casa indígena de volta para a aldeia Bakairí. A construção da CASA DO MUSEU, por si só já constituiu, durante mais de um ano, um exercício de resgate tecnológico e reflexão da comunidade sobre a importância de seu próprio conhecimento.

Este antigo saber lhes dispensava dos gastos impostos ao se construir à moda das outras culturas, por ser baseado nos materiais tradicionais da região, devolvendo sua autonomia.

Com taádainpudule - apresentação de lutas, e a dança de KAPA, realizada para a fartura de peixe, a comunidade Bakairí recebeu seus convidados na festa de abertura do Museu-Oficina Kuikare em 1989. Nessa ocasião o museu já contava com algumas peças da cultura material Bakairí, inclusive de exemplaras que foram resgatados pelos Bakairí através de pesquisas, que eles próprios realizaram no Museu do lídio e no Museu Nacional do Rio de Janeiro.



Atualmente a Fundação Nacional Pró-Memória assessora os Bakairí na formalização da estrutura de funcionamento do Museu-oficina Kuikare, através da elaboração de seus estatutos. Esta necessidade se colocou não só em função da oportunidade de recebimento de material permanente (gravador, máquina fotográfica, etc) para registro de seus costumes, mas principalmente para torna-los aptos ao registro no CPC - Lei Sarney, dando-lhes autonomia para gerir o museu conforme sua visão de mundo.

Desta forma, o grupo através do Museu-Oficina Kuikare está apto a receber colaborações, atualmente via Fundação Nacional Pró-Memória, e futuramente com seu próprio CGC.

O MUSEU E A PINTURA CORPORAL

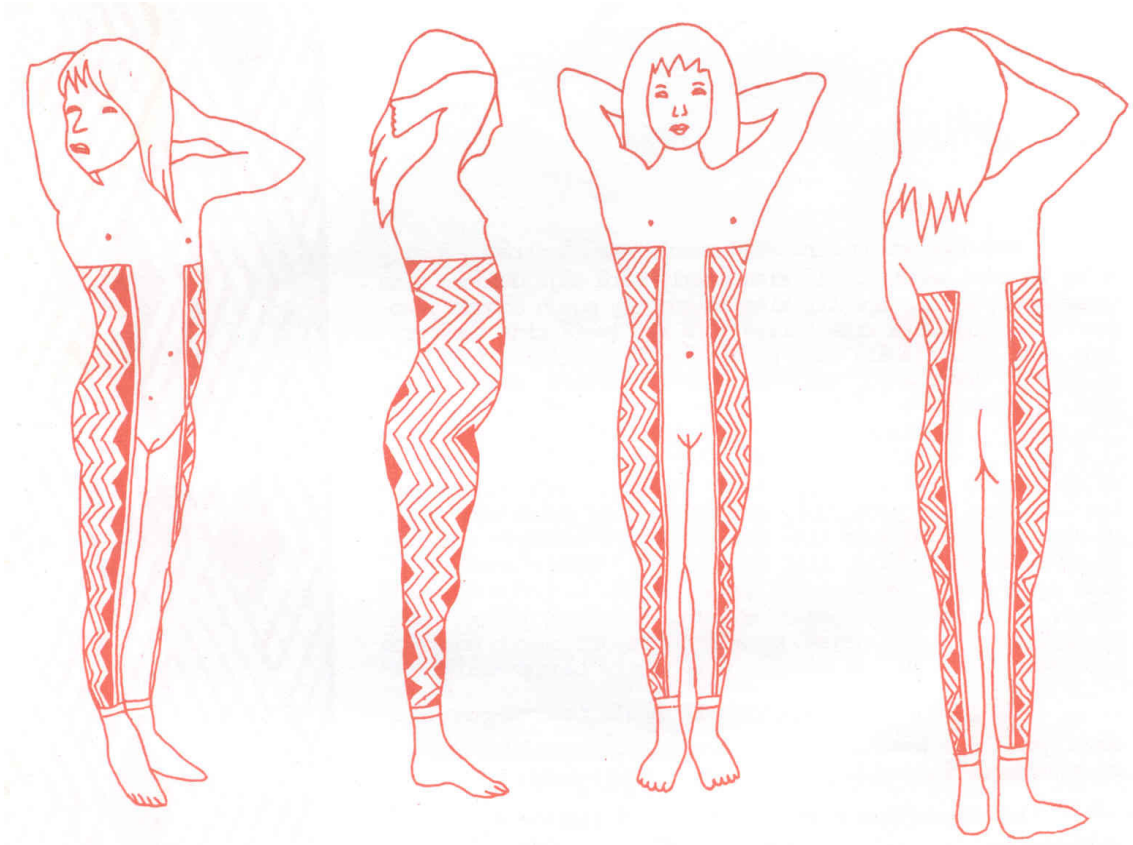


foto: M.C. Migliacio

A pintura corporal é um dos elementos culturais que as mulheres Bakairí incluíram no programa do museu.

Durante dois dias de novembro de 1989 as mulheres do Pakueram fabricaram tinta de jenipapo e pintaram as crianças com vários motivos de seu mundo simbólico.

Conversaram sobre as épocas de fazer as tintas, sobre os motivos gráficos, sobre a origem da pintura, sobre a confecção de seus artefatos e sobre o pirão de pacu a cozinhar no fogo.



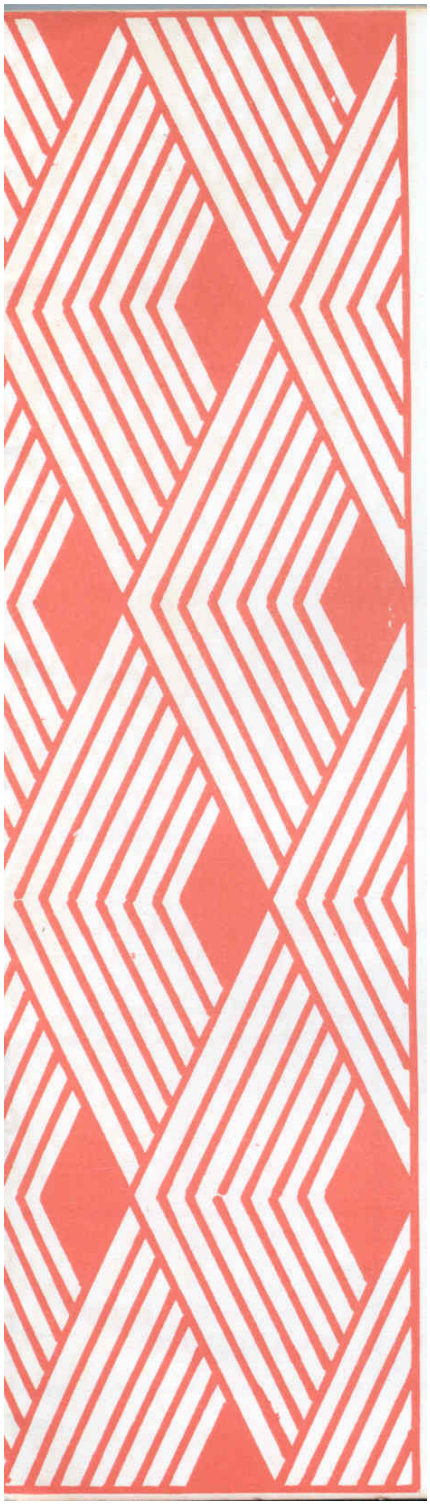
Saguhoen xina, xina (iadamudolâ) maukâ xirâgue âpeilyno my kâinane saguhoen a1á xina, âewyly târâ tâji dudâoa xina tyasehobyrydâ xina âpenity xina ajikogoily uguon domodo pekódomodo âpenily warâ xina xurâlâ xirâ até iwerâ xina iweôpyrymodo xina nimopalâgâlâ warâ xina adâydyly âpenily. Xina menru anheyly aunto warâ, xina nimowabyra tauntoru, xina âpenily warâ, alâ maunkâ akãwâ xina tydamudo nheyly awylyaye pylâ xida-iwenpyry alâ xina awylyro menru tâmyzelâ xina, aunto tâmyzelâ xina warâ xina awylyro warâ xina xarâlâ adaitoen xina nomowâbyra xirâ adâidyly amaemo itymorã, asejigimorã taituo lola xina âzetygoenguely xina âzekaâinly awârâ modo. Warâ xina awylyolâro warâ xinà nimowalya xirâ adâidyly tapenizelâ xina-tagadoen, tâice xina warâlâ xina. Xina nimowabyra. Xina egado etulâ tek... awârâ awodaâlâ kado uguondomdo egado awâkâ. Xina pekodomodo egadokeba xina nhyntaguyly aukâ awodano awylygue olâ xina negãwâ pyra awyly awyarâ pekodo egawânto keba awârâ warâ. Alâ ma myakãwâ xina iacely tâgado agâ1â.

Alâ pylâ myakãwâ uguondomodo lâpulâ tauanto-rumo âjitogoilymo. Sêe tamyguinein nhemylymo iaduântyby kãwin maiekuru awamodogue âpâgudâdylymo saguhomodo aguiymodo.

Alâ enra ilema kautuly. Makâ tarâ iaseiby kulâ maurâ awylygue agueljmo lolâ kaindakuly. Alâ.

Fala de Laurinda Komaeda, transcrita por Roberto Taukai e...





Antigamente nós, nossos antepassados é que já pintavam com essas pinturas. Desde começo da nossa existência, nós já viemos assim, lá onde era nosso lugar, onde nascemos, nós pintamos, os homens pintam a pintura do homem, as mulheres pintam suas pinturas é nosso, nossa cultura própria, até hoje nós que somos netos dos nossos antepassados, nós preservamos a nossa pintura. Nós usamos jenipapo, urucum para nossas pinturas, nós nunca deixamos de enfeitar e preservar nossas pinturas. Hoje em dia que nós conhecemos a cultura dos brancos é usamos roupa, usamos pente para nos enfeitar, mas mesmo assim, continuamos usando as nossas coisas de tradição de pintura, nossas danças e nossos cantos. Nós temos aqui chamado "kadoetê" onde guardamos as nossas tradições, lá as mulheres não entram, nós mulheres respeitamos; porque assim fomos destinados para sermos um povo desde que nascemos.

Assim, também os homens têm suas pinturas corporais, pintam com urucum, carvão preto, tabatinga (kãwin).

São essas coisas que eu sei contar. Eu sou da geração daqui, nasci aqui, neste lugar, mas ouvia muito as pessoas mais velhas contarem que é assim. Pronto.

Traduzida por Darlene Taukane.

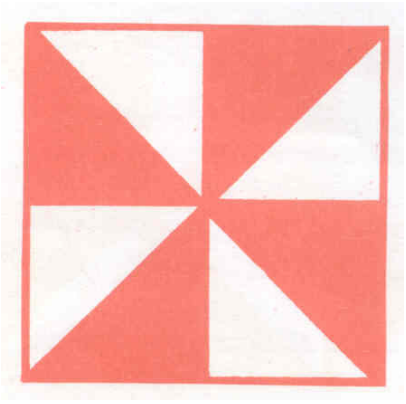
AS TINTAS

A pintura corporal das mulheres Bakairí é feita com três tintas:

- O preto azulado do jenipapo,
- O vermelho do urucum,
- O preto do carvão.

- A tinta do jenipapo é usada para desenhar motivos gráficos no corpo, sempre associados a animais. Esses desenhos feitos com jenipapo permanecem na pele por várias semanas.
- A tinta do urucum é aplicada misturada com banha de piqui, dando uma coloração forte na testa e nos pés e dando um tom avermelhado em todo corpo.
- O carvão do fundo dos utensílios de barro e usado para a pintura facial, e tem a propriedade de poder ser retirado da pele a qualquer momento.

PREPAR DA TINTA DE JENIPAPO
(receita colhida com D. Vitória).



A fruta de jenipapo é colida - quando ela está verde a tinta fica melhor.

A polpa da fruta é ralada - o bagaço (miolo) não se aproveita.

É misturado na fruta ralada um pouquinho de água – só um pouquinho!

A massa é colocada num paninho, aos poucos, e o paninho é torcido, sobre uma vasilha, para recolher o caldo.

O caldo é levado ao fogo, e quando começa a fazer espuma a tinta já está pronta.

A tinta fica mais preta depois de algum tempo, por isso geralmente ela é feita num dia para ser usada no outro.

Na ponta de uma tala de buriti é enrolado um pouco de algodão. A parte da tala que tem algodão e molhada na tinta, e é usada para riscar o desenho no corpo.

O desenho começa a ser feito delimitando-se a parte do corpo que vai receber a pintura - a pintura feminina é sempre feita nas laterais do corpo, da altura das costelas ate o tornozelo.

É riscado em seguida, todo o desenho, que é uma malha geométrica, variando conforme o padrão de pintura escolhido. Ai então, algumas partes do desenho são preenchidas de jenipapo, aparecendo por fim a pintura:

Se é Tiwiga, a libélula,

Se é Kalamigare, o peixinho,

Se é Menchu, o peixe pacuzinho,

Se é Tuturein, a jibóia,

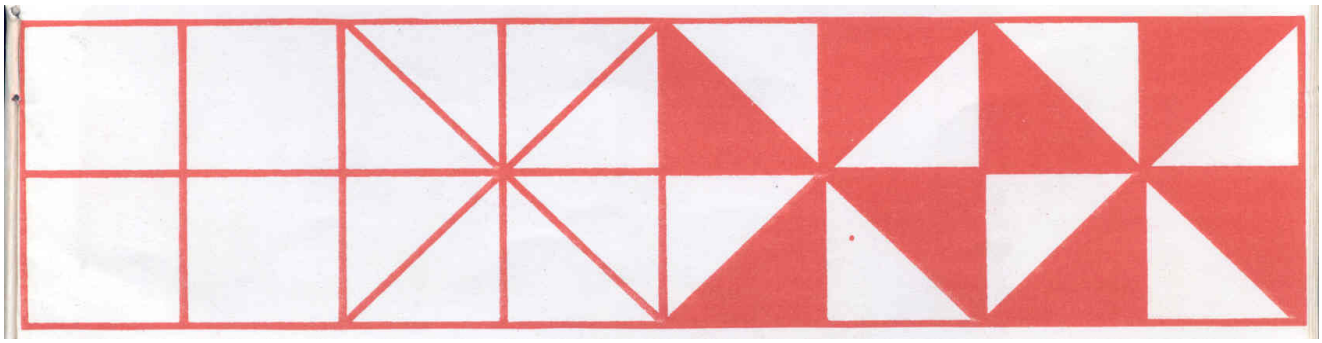
Se é Sarô, a ariranha,

Se é Pukã, o peixe

Se é Semimo, o morcego,

Se é Kanguyry, o espinho de peixe,

ou se é Âguda, a sucuri, que é tão usada para pintar as crianças, porque faz crescer mais...



URUCUM

Só depois de seca, a tinta de jenipapo é que se faz a pintura com o urucum.

O urucum então já se encontra preparado, sob a forma de massa guardada para o ano todo, envolvido em palha de milho.

Na hora de usar, a massa de urucum vai sendo misturada com banha de piqui para ficar possível de trabalhar, virar tinta.

A testa recebe um traço forte de urucum, de uma têmpora a outra. Os pés também ficam bem vermelhinhos. E o corpo recebe o urucum mais diluído e bem esparramado, ganhando uma coloração avermelhada, que ressalta o desenho preto do jenipapo.



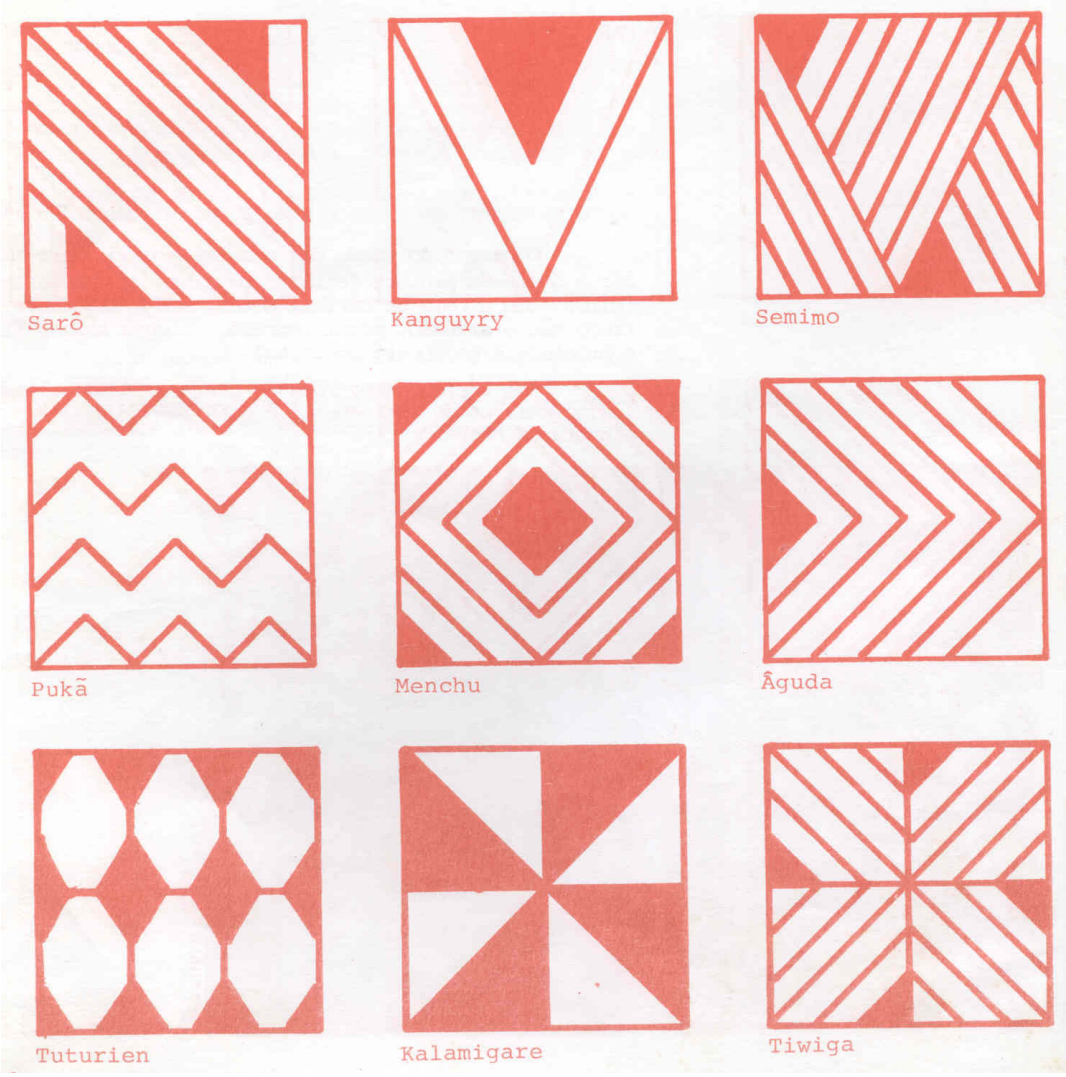
Foto: M. C. Migliacio

CARVÃO

O carvão do fundo das panelas e usado para imprimir a delicada pintura facial. Deta1hes em carvão são feitos com a tala de buriti, porém, sem o algodão. O traço não é risca, porém, impresso. Alguns traços finos e pronto! A moça está perfeita.

São vários os padrões de pintura facial, entre eles, o mais usado ultimamente é o KAVIDA ENUÇAVENO – a pintura da ARARA.




Sarô
Kanguyry
Semimo
Pukã
Menchu
Âguda
Tuturien
Kalamigare
Tiwiga

CONSIDERAÇOES FINAIS

A experiência da criação do Museu-Oficina Kuikare nos colocou em contato com uma sociedade que possui maneiras muito próprias de conceituar RESGATE, PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO DA CULTURA e outros conceitos, que se tornam concretos dentro da comunidade à medida que são vivenciados na recuperação das tradições e na atualização dos seus significados. O próprio resgate de elementos culturais acontece na prática do re-fazer e do re-viver, envolvendo a todos num processo de educação informal, em que se aprende e se ensina fazendo.

Essa iniciativa da Fundação Nacional Pró-Memória de atender a uma demanda de um seguimento social minoritário, mas não menos expressivo a nível cultural, nos evidenciou a falta de maleabilidade de nossos instrumentos. Estes, etnocêntricos, não atendem algumas outras realidades culturais. Assim sendo, cientes de nossas limitações, procurarmos concretizar os anseios Bakairi, sem interferir na parte essencial de sua experiência. Desta forma conseguimos perceber o conceito latente e introjetado de Memória, que a comunidade possui.

Reconhecemos a importância do Museu-Oficina Kuikare como catalisador cultural, dentro de um processo que resgata e assegura a transmissão do conhecimento Bakairi, reafirma função do artefato e da cultura material dentro de um sistema social, re-valorizando seus costumes e tradições, fixando seus elementos e recuperando a antiga dinâmica da aldeia. Por estas razões, o Museu-oficina Kuikare, é constituído, pela sua própria produção cultural, fruto de um milenar conhecimento acumulado, o qual tem mu to a nos transmitir.

FICHA TÉNICA

M. Lúcia F. Pardi Oliveira: Concepção, coordenação geral e texto.

M. Clara Migliácio: Projeto de iluminação do Museu, levantamento de campo (pintura corporal), diagramação e texto.

Vilinta Kaiornalo Taukane: Coordenação

Félix Taele: Orientação geral na construção do Museu

Darlene Taukane: Tradução na língua

Vitória Meiaque, e sua filha Delmira, Vilinta K. Taukane, Laurinda Komaeda, Beatriz A. Cutaialo: pintura corporal.

ORGÃOS FINANCIADORES:

Sistema Nacional de Museus
Centro Nacional de Referencia Cultural.
8a. Diretoria Regional –Brasília

Agradecemos a toda Comunidade Bakairí, em especial a Doroty Taukane, ao Museu do Índio, á Fundação Nacional do Índio - 2a. SUER (Juracy Coelho de Oliveira, Cristina dos Santos S. Alves, José Henrique Sêmpio Torres e Elizabete S. Araújo). Á Célia Corsino, Ruth Monserat, Gabriel de Mattos, Paulo Afonso L. Soares, da FNPM e a todos que tornaram possível essa realização.